

estruturava a *pentarquia econômico-diplomática*, conferindo um novo *status* à Europa ocidental e ao Japão, ao lado dos EUA, da URSS e da China. Os novos agregados ao clube dos super-grandes deveriam participar com recursos econômicos e, em certos casos, militar, para auxiliar a manter o conjunto do sistema mundial. Uma das bases conceituais da nova estratégia diplomática e econômica era a Comissão Trilateral, um organismo não-governamental fundado em 1973 por David Rockefeller, da qual Kissinger era membro destacado. A Comissão, integrada por empresários, políticos, acadêmicos e altos burocratas, buscava articular as ações Ocidentais numa associação dos EUA, da Europa ocidental e do Japão.

A reação: aliança do Vietnã e da Índia com a URSS e autonomia da Coreia do Norte

Neste quadro, a cooperação entre a Índia e a União Soviética se tornou ainda mais intensa. Moscou apoiou Nova Delhi em 1971, quando do conflito com o Paquistão em torno da luta pela independência que se travava no Paquistão Oriental, ou Bangladesh. Na perspectiva da iminente derrota do Paquistão, aliado dos EUA e da China, as ameaças americanas e chinesas foram confrontadas com a advertência de Moscou de que iria enviar uma esquadra ao Golfo de Bengala. Derrotado, o Paquistão teve de aceitar a independência de Bangladesh.

No mesmo sentido, enquanto o apoio chinês ao Vietnã do norte diminuía, este buscava maior cooperação com a URSS. Assim, a impactante derrota americana no Vietnã (que se unificou, tornando-se a República Socialista do Vietnã em 1976), no Camboja e no Laos não pode ser evitada. O reforço da posição soviética em relação à Índia e ao Vietnã era percebida pela China como um cerco, e as relações sino-vietnamitas foram conhecendo um progressivo esfriamento, que de 1976 a 1978 se deu através do apoio ao regime de Pol Pot no Kampuchea, que atacava o Vietnã no sul (levando à invasão vietnamita em 1978), e em 1979 se converteria em conflito militar direto no norte do Vietnã, que rechaçou a invasão chinesa.

Já a Coreia do Norte, frente às divergências de seus dois protetores, adotou o chamado princípio *Zuche*, que consiste em buscar autonomia e contar com as próprias forças, obtendo, assim, certa neutralidade e aproximação do Movimento dos Países Não Alinhados. Já os EUA, ao se aproximarem da China, ficaram na posição de ter de compensar a Coreia do Sul e Taiwan economicamente e em termos de segurança. O reatamento diplomático entre Beijing e Washington só foi formalizado em 1978, como também com Tóquio. Assim, uma nova configuração estratégica emergia na Ásia.

O desenvolvimento asiático e a multipolaridade (1971-2011)

3.1 Industrialização e “revoada dos gansos”: os Tigres e o Dragão

O Japão e a “Revoada dos Gansos”: cooperação econômica asiática

Enquanto ocorria a normalização das relações e o acercamento sino-americano, sob o efeito da rearticulação global da economia nos quadros da Revolução Científico-Tecnológica (RTC) e dos esforços japoneses para adequar-se ao novo contexto, estruturava-se uma nova geografia econômica na região da Ásia Oriental. Nos anos 1970 as economias de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura são articuladas ao Japão através de uma nova divisão de trabalho. Os quatro “Tigres” (ou “pequenos dragões”) recebem o repasse, através das empresas transnacionais, das indústrias da “fase japonesa” anterior. O Japão passa, então, a dinamizar a região e associar-se a economias de apoio, as quais lhe propiciavam articular um espaço de recuo, ou seja, um *Hinterland* que lhe permita manobrar frente às pressões norte-americanas.

Para compensar seus antigos aliados asiáticos anticomunistas pela reviravolta causada por sua aliança política e comercial com a República Popular da China (e também para manter seu controle estratégico sobre eles), os EUA igualmente acompanham o Japão nos investimentos e transferência tecnológica aos Tigres, de forma a manter o controle sobre esses. Implicitamente, os Estados Unidos também buscavam utilizá-los como plataformas de exportação, visando a penetrar no mercado japonês, bem como a enfrentar a concorrência deste. A tendência dominante, entretanto, será a de os Tigres se articularem intimamente com a economia japonesa, fornecendo-lhe componentes a preços baixos, para salvar a competitividade nipônica, ameaçada pela política do dólar, pela crise do petróleo e pelo surgimento de tendências protecionistas nos EUA.

O desenvolvimento industrial dos Tigres, por sua vez, fez com que o antigo papel destes países como fornecedores de produtos primários e insumos fosse transferido a nações do sudeste asiático, articulando uma íntima divisão de trabalho na Ásia Oriental. O economista japonês Saburo Okita cunhou uma expressão consagrada na definição deste processo: a *revoada dos gansos*. O “ganso líder” seria o Japão, que ocuparia o vértice de um “V” invertido, secundado pelos outros gansos a decolar e integrar a formação: Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura. Estes, por sua vez, serão seguidos pelos novos gansos: os países da ASEAN. Com a Decisão do Hotel Plaza (Nova Iorque, setembro de 1985) de valorizar o ien, como forma de ampliar a competitividade das exportações norte-americanas, o comércio nipônico perdeu parte de suas vantagens, mas o aumento do valor de sua moeda propiciou uma ampliação dos investimentos na Ásia Oriental e uma maior associação com os Tigres.

O Japão criou, em meados dos anos 1960, o Banco de Desenvolvimento Asiático, passou a realizar conferências informais no nível ministerial sobre o desenvolvimento do sudeste asiático e propôs a criação de uma Área de Livre Comércio do Pacífico e Ásia, reunindo Canadá, Estados Unidos, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Segundo Amaury Porto de Oliveira,

o projeto, de autoria do Professor Kiyoshi Kojima, mas sabidamente encorajado pelo então Ministro do Exterior e mais tarde Primeiro Ministro Takeo Miki, levou à realização da primeira das Conferências sobre Comércio e Desenvolvimento do Pacífico (PACTAD). A primeira fase destas conferências foi uma preocupação essencialmente japonesa, que procurava organizar à sua maneira o que já se começava a chamar Comunidade do Pacífico (1993:8).

A partir de então, os Primeiros Ministros Masayoshi Ohira e Malcolm Fraser, do Japão e da Austrália respectivamente, lançaram as Conferências sobre Cooperação Econômica do Pacífico (PECC), que se tornaram um importante fórum informal de cooperação regional.

A industrialização dos “Tigres Asiáticos” (dois meio-países e dois micro-Estados)

Apesar de o Japão liderar as economias da Ásia-Pacífico, as elites dirigentes dos Tigres não se satisfizeram com as condições de economias tributárias desta nação. A situação inicial fora difícil e instável nestes países. Nos primeiros 15 anos após o fim da Guerra da Coreia, a parte socialista norte da península possuía um desenvolvimento muito maior que o sul capitalista, essencialmente agrário, onde a miséria e o atraso eram preocupantes. Os outros três viviam os problemas decorrentes do grande influxo de refugiados, num

espaço geográfico exíguo. O primeiro esforço de industrialização estava voltado para a substituição de importações primária ou horizontal. Posteriormente, com sua inserção na economia regional e mundial, estes países tornaram-se plataformas de exportação, nas condições anteriormente descritas.

Estes países, entretanto, continuaram seu esforço industrializante, copiando muitos elementos do modelo japonês triunfante. Os Tigres não teriam superado a condição de Novos Países Industriais (NPIs), se não fosse a determinação de seus grupos dirigentes em superar o Estado mercantilista, estimulado a partir de fatores externos. Eles dotaram sua industrialização de novas características desenvolvimentistas, levando-os, mais tarde, a concorrer com o próprio Japão.

A propósito do notável desenvolvimento industrial dos Tigres (e em muitos aspectos do próprio Japão), é necessário ressaltar alguns aspectos do mesmo. O Estado de Desenvolvimento Capitalista nestes países esteve sempre embasado em regimes políticos ditatoriais, nos quais o aparato estatal planejava os aspectos essenciais da economia, intervinha ativamente nela, estatizando ou controlando indiretamente vários setores, especialmente o financeiro. A receita obtida com as exportações foi acumulada para fomentar a industrialização e o mercado interno era fortemente protegido (para evitar a perda de divisas). O Estado, associado às empresas privadas, investiu maciçamente em tecnologia e formação de mão de obra especializada, e as empresas dos ramos estratégicos da economia foram agrupadas em conglomerados empresariais de caráter fortemente oligopólico, denominados na Coreia de *Chaebol*. Cúmulo da ironia, os governos direitistas de Taipé e Seul realizaram reformas agrárias radicais, a fim de modernizar a agricultura e acumular capital, tomando como referência algumas políticas de seus rivais comunistas.

Como se pode observar, o desenvolvimento capitalista da Ásia Oriental teve muito pouco a ver com o ideário liberal de Adam Smith. Alguns autores chegaram a referir-se, com certa dose de ironia, à experiência japonesa e dos Tigres como uma espécie de “socialismo de direita”, ou “capitalismo socialista”. Obviamente este modelo, em última instância, apoiava-se numa acumulação privada, e atuava em benefício da constituição de poderosas empresas privadas nacionais, em associação com o capital cosmopolita e com as empresas transnacionais. Da mesma forma, a conjuntura de Guerra Fria trouxe a estes países uma série de benefícios que, historicamente, foram negados à América Latina e à África, por exemplo. Neste sentido, todos eles tiraram o máximo proveito econômico de seu alinhamento diplomático-militar, o que não constitui, certamente, uma virtude do mercado. O que é essencial enfatizar é que se tratava de um modelo misto de desenvolvimento,

inserido numa economia mundial relativamente aberta, e gozando de privilégios políticos específicos dentro desta, os quais pouco tinham a ver com as leis de mercado.

Reforma, abertura e extroversão da economia chinesa

Durante os anos 1970, o Partido Comunista da China introduziu uma série de reformas econômicas, as quais culminaram com uma abertura externa seletiva e a adoção de novos padrões de desenvolvimento. Com o término da Revolução Cultural e a aliança com os EUA, o maoísmo com ênfase na luta de classes começa a entrar em declínio. Ambos Mao Zedong e Chu En-lai (o líder da diplomacia chinesa) morrem em 1976 e o grupo reformista amplia seu poder, nele emergindo a liderança de Deng Xiaoping, que fora rebaixado durante a Revolução Cultural.

Em 1978 o país adota a política das Quatro Modernizações, que consagra reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação. Serão conhecidas, posteriormente, como Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), geralmente províncias costeiras, onde se introduzem legislações próprias para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras. Era o ponto de partida do que Deng Xiaoping denominaria Economia Socialista de Mercado.

A nova linha representava uma mudança profunda na estratégia chinesa. Até o início dos anos 1960, a República Popular da China enfatizara os problemas ligados à sua segurança, pois se tratava de uma revolução ainda não consolidada, com uma economia débil e vivendo uma conjuntura internacional adversa. Foi a época em que a permanência no bloco soviético afigurava-se como necessária para atingir esse objetivo. Do início dos anos 1960 aos 1970, a preocupação do PCC voltou-se para a autonomia e independência, pois, apesar dos inúmeros problemas, o país lograra estabilizar-se e a aliança com Moscou mais entravava que auxiliava os planos chineses de tornar-se novamente uma potência de âmbito mundial, politicamente respeitada e economicamente desenvolvida.

A partir dos anos 1970, a ênfase chinesa voltou-se para a modernização do país em quatro áreas: indústria, agricultura, tecnologia e forças armadas. O melhor caminho para atingir estes objetivos seria implementar uma política de reformas econômicas internas, abrir o país ao dinamismo da revolução

tecnológica que se iniciava, associar-se à revoadada dos gansos asiáticos e tirar o máximo de benefícios econômicos e estratégicos de uma aliança com os Estados Unidos, durante uma fase de distensão internacional. Além disso, a normalização com o Japão, ocorrida em 1978, permitia a Beijing desmantelar progressivamente a *Pax Americana* na Ásia, que mantivera afastados os dois maiores países da região. Washington percebeu a nova conjuntura unicamente a partir de seus objetivos, sem levar em consideração todos os futuros desdobramentos desta política.

Um aspecto pouco estudado é a cooperação que se estabeleceu entre o Japão e a China nos anos 1970 e 1980, como forma de superação do choque petrolífero. Em recessão e necessitando importar energia e matérias-primas e vender mercadorias, o Japão estabeleceu forte cooperação com a China. Esta exportava petróleo, carvão e minérios para o mercado japonês, e importava veículos de transporte, máquinas, alguns bens de consumo popular e recebia investimentos para modernizar a infraestrutura de transportes, mineração e exploração de petróleo. Tudo isto foi pago sem necessidade de endividamento, pois era contrapartida do fornecimento de matérias-primas, um esquema muito semelhante ao hoje existente nas trocas entre a China e a África, só que com os papéis invertidos no caso chinês.

Nessa época, o Japão ingressava decisivamente na III Revolução Industrial, concentrando-se nas áreas da informática, automóvel, robótica e outros setores de ponta. Os Tigres, tanto por esforço próprio como em decorrência da nova conjuntura, desenvolviam a segunda fase japonesa, com o aço, produção naval, automóveis, motores, produtos elétricos e outros de tecnologia mais avançada. A China, por sua vez, associa-se a este movimento, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais, desempenhando um papel econômico semelhante ao que fora o dos Tigres, explorando suas vantagens comparativas e competindo em alguns campos com eles. A diferença era que a China dispunha de poder militar, dimensão territorial e populacional e autonomia (inclusive com seu ingresso no CS da ONU), podendo dar a seu projeto uma dimensão qualitativamente mais relevante que o dos Tigres.

A ASEAN foi mais um dos subprodutos da Guerra do Vietnã, surgida em 1967 como uma organização regional que visava promover o desenvolvimento social, econômico e político de suas nações, Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas, Tailândia. A Associação tinha de lidar com um problema sério nos anos 70, que foi o prosseguimento do conflito indochinês. O regime do Khmer Vermelho no Kampuchea (novo nome do Camboja) promoveu uma desastrosa experiência ruralizante, responsável pela morte de 750 mil pessoas. Com apoio chinês, norte-coreano e a conivência ame-

ricana, o regime hostiliza o Vietnã, que intervém em 1978, dominando o país e enfrentando uma forte guerrilha. A China, que temia uma hegemonia do Vietnã, invade o país em fevereiro de 1979 para "dar uma lição", nas palavras de Deng (*Guia do terceiro Mundo 89/90*, 1988:155), mas sofre uma humilhante derrota e se retira. O conflito cambojano enfraquece, isola diplomaticamente o Vietnã e se prolonga até o fim dos anos 1990.

Contudo, é preciso destacar um elemento que escapa a muitos analistas respeitáveis. Embora a China possua uma renda *per capita* baixa e sua população, segundo os critérios ocidentais, fosse pobre, o país apresentava uma série de elementos positivos para uma arrancada econômica. Ainda que marcada por inúmeras dificuldades bastante conhecidas, a República Popular da China não teria de partir do zero, como a Coreia do Sul dos anos 1950. O país possuía uma base industrial e infraestrutura consideráveis, ainda que insuficientemente modernizadas, e satisfatórias para iniciar o desenvolvimento. Por outro lado, a manutenção de uma estrutura socialista paralela, bem como de um considerável volume de população vivendo no campo, permitira ao setor capitalista da economia dispor de uma mão de obra abundante a um custo extremamente baixo. Educação, saúde, habitação, alimentação e transporte público têm um custo baixo na China, permitindo-lhe uma elevada competitividade. Este é o significado profundo da ambígua expressão *Economia Socialista de Mercado*.¹ Além da base material e da estabilidade sócio-política construídas pelo regime socialista, a China possuía ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus imensos recursos financeiros.

Ao alterar a ênfase de sua política da luta de classes para as reformas rumo ao mercado, a abertura externa e a aliança com Washington, os comunistas de Beijing reinseriam o país no concerto das nações. Além disso, multiplicavam os sinais de confiança, destinados a atrair os investimentos de seus compatriotas de além-mar, associando-os ao projeto de modernização e oferecendo-lhes bons negócios. Eles eram 21 milhões em Taiwan, 6 em Hong Kong, 3 em Cingapura, 400 mil em Macau e mais 30 milhões da diáspora chinesa em todo o mundo. Esta estratégia será coroada de sucesso, mesmo em relação aos arqui-inimigos do outro lado do estreito de Formosa. O Embaixador Amaury Porto de Oliveira chega a esboçar o conceito de um capitalismo internacional chinês. Com a introdução do princípio de *uma nação, dois sistemas*, Beijing conseguiu lograr exitosamente a reincorporação

¹ Segundo Medeiros (1999:382), a Economia Socialista de Mercado consiste na descentralização do planejamento e na centralização do mercado.

dos dois últimos enclaves coloniais, Hong Kong e Macau, respectivamente em 1997 e 1999.

Os resultados das reformas e abertura chinesas logo se fizeram sentir: nos anos 1980 o país passou a exportar alimentos e vem conhecendo um notável crescimento econômico, que desde os anos 80 tem sido de mais de 10% ao ano (atingiu 13%, enquanto o conjunto da economia mundial tem sido extremamente baixo, às vezes tendendo à estagnação ou ao retrocesso). O impacto da inserção mundial da China é imenso, não apenas pela elevadíssima taxa de crescimento, mas pelo peso econômico e populacional do país (22% da humanidade), bem como por sua dimensão continental. O problema, entretanto, não diz respeito apenas ao peso da China, mas principalmente às características do projeto chinês. Trata-se de uma potência nuclear, com imensa capacidade militar, além do fato de tratar-se de um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas. A República Popular da China, graças à sua capacidade militar de dissuasão, armamento nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e missilística, bem como por ser Membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU (com poder de veto), é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial.

A crise política de 1989 e a reversão da aliança sino-americana

Esta espetacular performance, entretanto, teve também sua contrapartida. O desmantelamento das comunas populares e a descoletivização do campo, se por um lado conduziram ao aumento da produção, por outro criaram enormes desigualdades sociais e uma parcela de camponeses sem terra, que se tornaram assalariados ou migrantes que acabam marginalizados nas grandes cidades. Num país com mais de oitocentos milhões de camponeses, isto constitui um problema grave. Embora em menor intensidade, este fenômeno também atingiu as cidades, num clima político bem mais complexo. Este fenômeno se agravará significativamente na segunda metade dos anos 1980, com os impactos da *Perestroika* soviética.

As reformas soviéticas criaram expectativas imensas de uma rápida inserção internacional da URSS, mas concretamente levaram o país à beira do caos socioeconômico e da desintegração política. Era um caminho bem diverso do chinês. Beijing desencadeara suas reformas internas e abertura externa essencialmente no plano econômico, sem estendê-las ao político, ao contrário de Moscou, que as iniciou pelo sistema político, uma década depois. Ora, os reformistas de Deng Xiaoping desencadearam seu processo de mudanças quando a Revolução Científico-Tecnológica (RCT) encontrava-se ainda em sua fase inicial, além de aproveitarem uma conjuntura internacional

mais favorável, conservando seu sistema político unipartidário, o que possibilitou estabilidade e controle sobre as reformas. As reformas de Gorbachov, por outro lado, deram-se sem um plano estratégico claramente definido, sem controle político e, pior ainda, num momento em que a RCT já dera ao capitalismo uma dianteira inalcançável.

Os efeitos internacionais da Perestroika e a facilidade com que a URSS estava sendo integrada ao sistema mundial em uma posição politicamente subordinada levaram determinadas forças políticas (dos EUA, de Taiwan e do próprio país) a tentar levar a China pelo mesmo caminho. Não se tratava de mera “conspiração”, pois as tensões sociais e as complexidades políticas (ampliação do número de atores políticos, com interesses específicos) que acompanhavam as economicamente bem sucedidas reformas chinesas eram consideráveis, além de os dirigentes chineses encontrarem-se divididos quanto aos limites e ao ritmo destas mesmas reformas.

Uma mobilização popular multifacetada e contraditória emergia no país, especialmente como movimento contra a corrupção, e o jovem empresariado e os ultra-reformistas do PCC, nucleados em torno do Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, procuraram capitalizá-lo em sua luta contra os reformistas moderados (“neoautoritários”) como “movimento pela democracia”. A concentração popular na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), ponto de inflexão deste confronto, ocorria durante as comemorações do Movimento de 4 de maio de 1919 e a visita de Gorbachov, que deveria encerrar três décadas de divergência, e motivava os reformistas radicais. A cobertura da CNN e de outros órgãos da mídia, num momento de divisão e paralisia da cúpula chinesa, apresentou o movimento à opinião mundial, e alimentou-o, *exclusivamente*, como fenômeno de luta pela democracia.

Os estudantes fizeram reivindicações que estavam sendo negociadas e parcialmente atendidas, o que era uma novidade no país. Contudo, o estímulo da mídia deu-lhes uma autoconfiança exagerada, que os levou a ampliarem suas demandas, exigindo uma democracia liberal, num país que não possuía estruturas sociais para isso, colocando o regime diante de uma situação que não seria tolerada por nenhum governo (o estudante Wang Dan exigia “um sistema político Ocidental” [*Le Monde Diplomatique*. Paris, jul. 1989, á página 12]). Com a implantação da Lei Marcial, muitos começaram a desocupar a praça, quando houve nova radicalização e confrontos. A massa da população permaneceu curiosa, mas cautelosa, pois, afinal, a traumática Revolução Cultural também havia começado com um movimento estudantil apoiado por uma facção do Partido.

A repressão militar ao movimento em junho de 1989, feita por tropas sem treinamento e meios para conter motins de massa, e a consequente der-

rota dos ultra-reformistas impediram que a China tivesse o mesmo destino da União Soviética: a desagregação do país e o colapso do regime socialista. É, pois, interessante que naquele ano a estratégia ocidental para o Mundo Socialista teve duas consequências opostas: a derrota dos comunistas soviéticos, simbolizada pela abertura do muro de Berlim, e a vitória dos comunistas chineses, sinalizada pela repressão da Praça da Paz Celestial, que produziu uma centena de mortos. Os analistas da política internacional enfocaram esta contradição argumentando que se tratava de uma vitória definitiva sobre a URSS, enquanto, no caso chinês, o próprio desenvolvimento capitalista necessariamente conduziria em médio prazo à adoção de um regime político calcado no modelo ocidental de democracia liberal (a tese da contradição disfuncional entre abertura econômica e fechamento político).

3.2 O pós-Guerra Fria e a nova geopolítica asiática (anos 1990)

O impacto imediato do fim da Guerra Fria na Ásia

No final dos anos 1980, com a convergência soviético-americana da *Perestroika*, os Estados Unidos passam a se desinteressar pela aliança político-estratégica com a China e pela heterodoxia dos modelos de desenvolvimento dos Tigres e do Dragão, até então tão elogiados. Encerra-se a fase em que as concessões econômicas eram compensadas pelos ganhos político-militares. O desenvolvimento da Ásia oriental passa a ser visto por Washington como incômodo, e deveria ser desarticulado, invertendo-se os fluxos econômicos trans-pacíficos, pois a América necessitava gerar superávits comerciais. Daí as pressões pela democratização da Coreia, Taiwan, China e abertura do Japão, que são processos simultâneos.

O declínio e, finalmente, a desintegração da URSS puseram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, numa conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial. O fenômeno da globalização passou, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de polos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional, em meio a profundos efeitos desestabilizadores na periferia. É neste quadro de reordenamento mundial que a Ásia Oriental emergia como uma nova fronteira econômica, dando sentido ao conceito braudeliano de Economia Mundo, agora centrada no Pacífico, em substituição à do Atlântico.

O sucesso asiático, e do que alguns chamam de seu “modelo”, entretanto, tem suas contrapartidas. Muitos países da região, especialmente a China, enfrentavam tendências desestabilizadoras, fruto do acelerado crescimento, bem como da introdução de mecanismos de mercado numa sociedade ainda marcada pelas formas socialistas na esfera sócio-política. Os fenômenos do incremento migratório e demográfico e da vertiginosa e caótica urbanização atingiam toda a região (exceto o Japão), mas eram particularmente preocupantes na China.

Além disso, a Ásia-Pacífico depende do mercado mundial, tornando-se vulnerável à pressão de outros países ou a uma eventual crise desarticuladora do sistema comercial e financeiro internacional. Finalmente, deve-se assinalar que o “bloco” asiático não existe enquanto tal, pois não constitui um processo de integração institucionalizado como a União Europeia e o NAFTA, mas um conjunto de economias articuladas através de uma divisão de trabalho apoiada em vínculos internacionais de mercado, que acaba funcionando como uma espécie de regionalismo aberto, apoiado por sua vez numa série de arranjos que poderiam ser denominados de “minilateralismo seletivo”. A APEC (Conselho Econômico da Ásia-Pacífico), fundada em 1989, representa a principal forma de articulação regional até o momento.

Os problemas e perspectivas da Ásia-Pacífico não podem, contudo, ser avaliados unicamente a partir da perspectiva econômica. A segurança regional levanta uma série de interrogações que, provavelmente, condicionarão as possibilidades econômicas posteriores. A ascensão econômica da China, potencializando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passou a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria, dentro de um cenário internacional de contornos pós-hegemônicos.

O “modelo asiático” como alvo da diplomacia Ocidental

Com o final da Guerra Fria os Estados Unidos inicialmente se desgajaram de forma parcial da região, criando novos problemas para a segurança regional. Este problema afetou em particular os Estados da ASEAN, que congregava então uma população de 525 milhões de habitantes e era responsável por um PIB de US\$ 1.8 trilhões. A região é particularmente sensível ao ingresso da China na economia mundial, por seu peso e por anular certas vantagens comparativas da ASEAN, mas agiu com rapidez, estreitando a cooperação política e econômica entre seus membros, para acelerar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança militar da

região. Em 1995 o Vietnã, antigo rival, passou a integrar a organização, seguido por Laos, Mianmar (Birmânia) e Camboja, fazendo a ASEAN abarcar todo o sudeste asiático.

Dinamizada pelo desenvolvimento de Cingapura e posteriormente pelos avanços da Malásia, Tailândia e Indonésia, a ASEAN também passou a sofrer pressões externas de cunho político, mas que visam essencialmente a seu sistema econômico. Enquanto os EUA e outros países levantam contra a China acusações de violação dos direitos humanos, os Estados do sudeste asiático têm sido acusados de não respeitar os direitos trabalhistas, o que diminuiria as vantagens comparativas dos demais países. A este propósito o Primeiro Ministro da Malásia, Datuk Mahatir Mohamad, ironizou: “quando éramos meros exploradores de seringais e minas de estanho, ninguém se preocupava com nossos salários” (*apud* Pinto, 2000:93). Devido à obstáculos deste tipo, e face a determinados perfis que se esboçam na ordem internacional emergente, a Malásia e outros países da região procuraram reanimar o Movimento dos Países Não Alinhados e a Cooperação Sul-Sul, dotando-os de novos conteúdos.

No fundo, o alvo ocidental são os elementos constitutivos do chamado “modelo asiático”, que, indiferentemente à autodefinição dos Estados como capitalistas ou socialistas, possuem determinados traços em comum. A noção de mercado capitalista encontra-se invariavelmente associada à de Estado forte, regulador, planejador e intervencionista, baseado em regimes personalistas, autoritários e fundados em partidos únicos. Segundo acadêmicos cingapurianos, o modelo asiático tem as seguintes características: a legitimidade dos dirigentes políticos funda-se na eficácia governamental, há um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem são oferecidas em troca do respeito à autoridade, desenvolve-se a autoconfiança nos trabalhadores, sem um excesso de benefícios propiciados pelo Estado, a imprensa deve ser livre mas responsável, e o individualismo excessivo do ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade. Mais ainda, os direitos humanos são considerados universais e abrangentes, abarcando os aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, de forma indivisível, ao contrário do Ocidente, que os encara primordialmente pela ótica individual.

No plano internacional, estes regimes insistem cada vez mais nas noções de soberania e de não ingerência nos assuntos internos, embora continuem achando positiva a presença americana na segurança regional, como forma de manter a paz e a estabilidade, indispensáveis à continuidade de seus processos de desenvolvimento econômico. As questões da democracia e do mercado, que aparentemente introduzem uma clivagem entre Ocidente e

Oriente, constituem, na verdade, predominantemente uma oposição Norte-Sul. Novos países periféricos, não ocidentais, ascendem ao desenvolvimento, num momento em que o antigo Primeiro Mundo parece estagnar, com sua população a envelhecer.

Daí as manifestações racistas contidas no conceito de *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington (1997). Segundo este acadêmico norte-americano politicamente influente, o Ocidente precisa unir-se (sob o comando norte-americano) para fazer frente ao perigo representado por uma eventual convergência da civilização confuciana com a islâmica. O argumento que sustenta esta hipótese de Huntington é o de que a Guerra Fria e o enfrentamento ideológico Leste-Oeste, ao terem fim, foram substituídos por uma contraposição entre diferentes culturas e identidades nacionais e religiosas, criando uma separação entre o Ocidente e estas demais culturas e identidades, definidas como o “resto”. Os novos conflitos mundiais seriam travados nestas linhas civilizacionais.

A reconfiguração do espaço político asiático

As reformas internas rumo ao mercado e a abertura externa do Vietnã, com a permanência de um sistema político baseado no marxismo-leninismo, aproximam o modelo do país do exemplo chinês. Dramaticamente afetado pelo desaparecimento do campo soviético, o país restabeleceu relações com a China em 1992 e com os EUA em 1995, integrando-se rapidamente à economia mundial graças a uma legislação de investimentos ainda mais liberal que a chinesa. De forma indisfarçável, Washington aproximou-se do mais jovem candidato à Tigre asiático com a finalidade de fortalecer um grupo de países que pudessem contrabalançar o peso da China, explorando ainda o contencioso Beijing-Hanói das Ilhas Spratli, localizadas no Mar da China Meridional e ricas em petróleo. Este também parece ser o caso da Índia, outra antiga aliada da URSS, que hoje se integra à economia mundial e tem sido aventada como uma alternativa à China.

A multilateralidade, que já existia desde a época da Guerra Fria na Ásia, tem se aprofundado na região. Mais do que meros apêndices da economia japonesa, a China e os Tigres (da primeira e da segunda gerações) têm se tornado competidores ambiciosos, embora suas economias continuem fortemente interdependentes, o que, aliás, também ocorre em relação à economia americana. Por outro lado, o Japão tem conhecido uma prolongada recessão econômica e política, mas se recusa a fazer reformas neoliberais, e a ausência de crescimento evita um confronto com os EUA. Na conferência da APEC em 1994 na Indonésia, decidiu-se estabelecer uma Área de Livre

Comércio na Ásia-Pacífico, com um período de adaptação até 2010 para os países desenvolvidos e até 2020 para os países em desenvolvimento. Mas os EUA parecem querer dar ao processo um conteúdo que implique no afastamento do Japão do multilateralismo, aproximando-o do regionalismo (a “Comunidade do Pacífico”), em que a interdependência bilateral destes países ensejaria a criação da economia *Nichibei* (expressão cunhada a partir dos caracteres japoneses *Nihon*, Japão, e *Beikoku*, Estados Unidos).

A evolução da Ásia a partir do encerramento da Guerra Fria e do desaparecimento da União Soviética foi rápida e profunda, gerando uma nova realidade ainda não devidamente avaliada. Hoje, é preciso pensá-la num contexto mais amplo, pois nos últimos anos suas diversas regiões constitutivas, que se encontravam compartimentadas, têm se encaminhado para a fusão em um único cenário estratégico. De fato, o continente asiático esteve, no século XX, submetido a uma série de divisões, cujas formas e abrangência se alteraram, sem que o problema desaparecesse. A Guerra Fria não fez senão tornar ainda mais herméticas as fronteiras entre as regiões, tais como o anel insular sob controle norte-americano, a massa continental socialista (dividida desde os anos 1960 entre a República Popular da China e a Sibéria e Ásia central soviéticas), o subcontinente indiano influenciado pelo neutralismo (onde Índia e Paquistão eram inimigos permanentes), o sudeste asiático em conflito e em disputa, o que também era o caso de outra região asiática, o Oriente Médio.

Com o fim da Guerra Fria, vários “muros” asiáticos ruíram. A normalização sino-soviética, realizada durante o Novo Curso diplomático da *Perestroika* de Gorbachov, aprofundou-se ainda mais com a desintegração da URSS em fins de 1991. Desde então, a cooperação entre a Rússia e a República Popular da China tem sido intensa nos campos econômico-comercial, tecnológico-militar, diplomático e de segurança. Especialmente importantes têm sido as vendas de armamento sofisticado e a transferência de tecnologia avançada no campo aeroespacial e nuclear. Independentemente das possíveis mudanças que venham a ocorrer na política interna russa, esta cooperação tende a se manter. A queda do “muro sino-soviético”, por outro lado, também permitiu a integração progressiva da Sibéria ao dinamismo econômico da Ásia-Pacífico, seja diretamente ao capitalismo oceânico transnacionalizado, seja via cooperação bilateral com o socialismo de mercado chinês. A implantação de um grande número de *joint-ventures*, envolvendo as mais curiosas parcerias (por exemplo, sino-sul-coreanas), está transformando estruturalmente a geografia econômica da região siberiana e, conseqüentemente, a geopolítica da Ásia.

A normalização política que se seguiu aos acordos de paz do Camboja em 1992, por sua vez, terminou com o isolamento da Indochina em relação

ao restante do sudeste asiático. Esta nova dimensão diplomático-estratégica, associada ao dinamismo econômico da região, propiciou o acercamento sino-vietnamita e uma crescente cooperação de Beijing com a ASEAN. Embora se ressalte muito na mídia uma tendência de “expansionismo chinês” na região e se exagere o litígio das ilhas Spratli, tanto os interesses econômicos como a criação de um diálogo permanente no campo da segurança têm criado uma situação de crescente cooperação entre a China e o sudeste asiático. Desta forma, não apenas desapareceu o fosso que separava a Indochina da ASEAN, como também se iniciou um crescente relacionamento econômico e político do gigante chinês com toda a área, na qual, anteriormente, o conflito indochinês contribuía para isolar os atores regionais.

Outra região que possuía uma dinâmica própria e uma inserção internacional específica, e que hoje começa a vincular-se ao dinamismo da Ásia Oriental, é o subcontinente indiano. A Índia caracterizava-se por uma industrialização substitutiva e autocentrada, e era aliada de Moscou no plano estratégico (vale dizer, antichinesa), apesar de sua diplomacia neutralista voltada ao não alinhamento e ao Terceiro Mundo. Tudo isto projetava a Índia mais para o cenário do Oceano Índico do que para a Ásia-Pacífico. O colapso da União Soviética, a ascensão econômica da Ásia Oriental e a sudeste, os efeitos da globalização econômica e da RCT, a normalização das relações da China com seus vizinhos e as novas ameaças à segurança indiana, levaram Nova Delhi tanto a abrir sua economia, como a esboçar algo mais que um simples *modus vivendi* com a China e a integrar-se ao ciclo de desenvolvimento asiático. Evolução idêntica, mas mais radical, ocorreu com Mianmar, onde a junta militar fomenta a captação de investimentos internacionais e a inserção na economia mundial, enquanto consolida um regime autoritário e obtém o apoio político e econômico da China.

Quase simultaneamente, o espaço geopolítico asiático ampliava-se ainda mais com o surgimento de novos Estados, resultantes do desmembramento da URSS. A antiga Ásia Central Soviética, detentora de uma posição geográfica privilegiada e de imensos recursos naturais, entre os quais o petróleo, inicialmente manteve sua dependência em relação à Rússia, nos quadros da Comunidade de Estados Independentes.

Esta é uma das lógicas da presença americana na região desde a Guerra do Golfo, as quais conferem sentido à intervenção (fracassada) na Somália e a convivência dos Estados Unidos (via Paquistão) em relação aos Talibãs no Afeganistão. Washington busca não apenas ter um acesso direto aos recursos econômicos da Ásia central, como procura evitar que a região se torne uma espécie de zona de contato entre a Ásia e a Europa. A reabertura da Rota da Seda, antiga ligação terrestre entre a Europa e a Ásia

anterior à Era das navegações, é bem mais do que um episódio vinculado ao turismo. Lentamente, a Ásia política começa a se identificar com a Ásia geográfica e, o que é ainda mais importante, progressivamente se esboça a noção de *Eurásia*.

A expansão do cenário estratégico asiático para o interior da Eurásia significa a ampliação de recursos naturais e industriais deste, mas, num quadro de maior diversidade, igualmente o surgimento de novos problemas e conflitos. Isto afeta tanto os países da Ásia quanto os EUA. Se os primeiros conseguem com isto ampliar seu espaço de manobra econômica e diplomática, por outro lado a complexidade contida na nova realidade em formação acrescenta dificuldades a uma região que atravessa uma evolução acelerada (com todas suas implicações) e não conta com mecanismos próprios de segurança coletiva. Para os Estados Unidos, uma Ásia maior, comportando maior número de atores políticos e com uma economia que progressivamente se volta para o próprio continente, representa maiores dificuldades de controle sobre a evolução político-econômica da região.

Um Novo Segundo Mundo: o Socialismo de Mercado

Existe também outra realidade nova que tem que ser levada em conta quando se analisa o fenômeno asiático. No estudo dos cenários estratégicos dos anos 1990, alguns especialistas mencionam a formação de um *Novo Segundo Mundo*, nucleado pela República Popular da China. De fato, como destacou o politólogo britânico Fred Halliday (1999:183), até 1989 viviam em países classificados como socialistas 1,7 bilhões de pessoas. Após o colapso do bloco soviético, existiam ainda 1,3 bilhões nesta posição. Não se trata, contudo, de se considerar este como um simples elemento residual. Sem dúvida, a globalização ligada à RCT potencializou um fenômeno que pode ser chamado de *crise do socialismo*.

Contudo, a derrocada do bloco soviético, um dos resultados deste fenômeno, foi apresentada pelo discurso Ocidental como o desaparecimento em escala planetária do socialismo como modelo social, político e econômico. E quanto à China Popular? Este seria apenas um fenômeno residual de caráter *político*, pois o sucesso econômico deste país contribuiria justamente para o fim de um regime percebido como cada vez mais disfuncional, como foi dito anteriormente. Sem dúvida, isto é possível, mas o “modelo chinês” tem demonstrado ser um projeto bem mais sólido do que pressupõe a argumentação liberal. As reformas chinesas foram estruturalmente diferentes do imobilismo soviético, que foi seguido por sua mal calculada tentativa de reforma, e tiveram resultados igualmente distintos.

Apesar dos argumentos de acadêmicos como Samuel Huntington (1997), manifestando-se oficiosamente sobre o fim dos conflitos ideológicos, a questão é mais complexa. Para os que conhecem a Ásia mais de perto ou debatem com acadêmicos asiáticos, fica evidente a permanência do conflito ideológico, isto é, subjacente aos fenômenos econômicos, permanece a clivagem capitalismo X socialismo, e são como países socialistas que os *policy makers* e estudiosos japoneses, indianos e da ASEAN avaliam a realidade da China e da Indochina. Assim, o *Novo Segundo Mundo* atravessa uma NEP² que, diferentemente da soviética, não se encontra limitada a “um só país”, mas inserida na economia mundial, sobre a qual tem influência cada vez maior. Além disso, ele está gestando um paradigma alternativo para a construção de uma Nova Ordem Mundial multipolar não hegemônica, com um modelo próprio de desenvolvimento nacional e social, de segurança e de governabilidade.

Este *Novo Segundo Mundo*³ mantém uma discreta e sutil cooperação estratégica com o “Velho Segundo Mundo”, como foi visto, e também mantém uma relação menos antagônica do que se poderia pensar com os países capitalistas da Ásia. Por um lado, os modelos de desenvolvimento e os regimes políticos dos países asiáticos possuem fortes semelhanças e importantes interesses comuns, sejam eles formalmente capitalistas ou socialistas. Estes modelos político-econômicos, “autoritários” e “estatistas” na perspectiva anglo-norte-americana, encontram-se hoje sob pressão Ocidental, desde o campo dos direitos humanos ao dos mecanismos comerciais. A tendência dos países da região, então, é a de afirmar certo discurso e políticas comuns. Ocorre, entretanto, que alguns são extremamente vulneráveis a este tipo de pressão, por sua dependência diplomática, militar e comercial em relação aos EUA. Desta forma a China, embora se esquivando formalmente de desempenhar tal papel, acaba se constituindo no principal elemento fiador e na garantia, em última instância, do “modelo asiático”, um dos responsáveis pelo acelerado crescimento econômico da região.

Existe também um outro fator de longo prazo que se encontra associado a este fenômeno. Com a reincorporação de Hong Kong em 1997 e de Macau em 1999, para os asiáticos encerrou-se o ciclo colonial, o que coincide com a ascensão econômica da região. E os dirigentes asiáticos têm perfeita

² A política econômica socialista apoiada no mercado, que vigorou na URSS entre 1921 e 1927.

³ O conceito de Novo Segundo Mundo é apresentado no Estudo de Macrocenários, realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

consciência de que, sem a China, isto não seria possível, o que não significa ignorar as persistentes divergências intra-asiáticas. Mas agora está se formando um patrimônio comum a ser preservado. Observando desde a perspectiva da geopolítica clássica da virada do século, não seria absurdo visualizar a afirmação da massa continental, ou *Heartland*, que passa a desafiar a *Ilha Mundial*. Estaria esta economia, cada vez mais da Ásia continental e menos do Oceano Pacífico, em condições de ameaçar a hegemonia da economia anglo-saxônica centrada nos grandes espaços marítimos planetários?

Um elemento-chave para responder a esta questão será a posição que o Japão vier a adotar. Este país, tido até recentemente como paradigma do desenvolvimento asiático, encontra-se em crise e na encruzilhada de grandes e inadiáveis decisões. Sua economia enfrenta uma prolongada recessão, a população está envelhecida, o consenso social começa a dar sinais de esgotamento e o sistema político organizado em 1955, durante a Guerra Fria, entrou em colapso, e passa por redefinições que, todavia, ainda não estão suficientemente claras. Contudo, o nó da questão encontra-se justamente na política internacional, em relação à qual Tóquio precisa definir-se: como parte da economia *Nichibei*, ou seja, como a fronteira oriental do império americano (os “asiáticos ocidentalizados”, segundo a tipologia de Huntington), ou como parte da Ásia e sua fronteira ocidental.

A economia nipônica tem se voltado progressivamente para o continente, as questões de segurança regional têm obrigado o país a um maior envolvimento local (como no caso da península coreana) e as pressões norte-americanas para que o Japão se enquadre no novo padrão que a potência “protetora” procura implementar para a economia mundial, levam muitos estadistas e empresários a defender uma maior autonomia para a nação, apoiando-se no continente. Mas, por outro lado, o Japão ainda depende significativamente do mercado dos EUA, sendo tremendamente vulnerável às pressões diplomático-militares por sua dependência em matéria de segurança, além de encontrar fortes restrições entre os países do continente, pois as grandes questões herdadas da Segunda Guerra Mundial ainda não estão solucionadas, como o foram na Europa.

A península coreana constitui outra região sensível e importante na Ásia, sobretudo com as possibilidades de reunificação e da associação econômica mais íntima com as regiões vizinhas, em particular a cooperação com a China. O primeiro aspecto a ser levado em consideração é que a crise econômica do regime socialista norte-coreano introduziu novas dimensões no jogo regional e coincidiu com as pressões norte-americanas para a abertura da economia sul-coreana. Neste sentido, Pyongyang tem usado a questão nuclear, a tensão calculada com o sul e os riscos que o colapso do regime

poderia produzir (sobretudo após a morte do líder Kim Il Sung) como moeda de troca na negociação de um acordo geral que permita terminar com o isolamento do país, apesar do ingresso das duas Coreias na ONU em 1991. Sem que a estrutura socioeconômica do país tenha sido muito alterada, o governo norte-coreano tem atraído investimentos estrangeiros para o país, através do estabelecimento de *joint-ventures* e da abertura de Zonas Econômicas Especiais para este fim junto ao Rio Tumen, na fronteira com a Rússia, em Sinuju na fronteira com a China e em Kaesong, próximo à linha de demarcação, todas com investimentos sul-coreanos.

A unificação das Coreias, por mais contraditório que possa parecer, é percebida pelo Japão e pelos EUA como uma possível fonte de novos problemas, dependendo do perfil de que possa vir a se revestir. O desenvolvimento sul-coreano atingiu um nível em que o país começou a ser visto como um concorrente pelo Japão, assumindo também formas próprias que não são do agrado de Washington, como a crescente vinculação com a economia chinesa, desde o restabelecimento de relações entre os dois países em 1992. Além disso, a unificação da península criaria uma nova potência regional de porte demográfico, econômico e militar (possivelmente também nuclear).

A vida política da Coreia do Sul tem demonstrado a determinação de boa parte da sociedade em rechaçar uma inserção econômica internacional nos moldes propostos pelos EUA, bem como de negociar uma reunificação da península dentro da perspectiva dos interesses locais. Neste aspecto, parecem convergir desde o movimento estudantil até setores importantes do empresariado. Assim, a tensão entre as duas Coreias envolve aspectos sutis, como também os interesses dos atores externos de grande porte (Japão, EUA e China) são muito mais complexos do que poderiam parecer.

A adaptação da diplomacia americana para a Ásia

Num plano mais geral, a situação da Ásia se encontra marcada por uma série de contradições. Os países asiáticos, mesmo a China, continuam favoráveis à manutenção da presença militar americana na região, pois ela garante a segurança regional a um custo reduzido e, ainda, no caso de Beijing, justifica um acercamento entre os asiáticos para conter o "hegemonismo" de Washington na área. Trata-se de uma postura defensiva que acaba, em certa medida, por legitimar a China aos olhos de seus vizinhos. Contudo, as nações asiáticas rechaçam as pressões econômicas e as ingerências políticas norte-americanas, tanto em assuntos internos como em externos, que constituiriam justamente os temas mais importantes para a Casa Branca, já que seu poder bélico não é utilizado explicitamente.

As ações que os Estados Unidos desenvolvem na região, devido à necessidade de evitar o surgimento de polos de poder e de desenvolvimento autônomos na Ásia, conduzem este país a uma série de atitudes que acabam favorecendo uma razoável acomodação das divergências de Beijing com seus vizinhos. Os EUA têm procurado estabelecer um cerco geopolítico à China, como bem o demonstram os acordos de Washington com a Mongólia, além de fomentar o separatismo no Tibete e em Taiwan, com apoio ao discurso independentista, como se observou nas eleições taiwanesas de 1996.

Os Estados Unidos também parecem dispostos a instrumentalizar política e economicamente a Índia e o Vietnã como parte de sua estratégia de isolamento da China e de contenção de seu desenvolvimento, tirando proveito da rivalidade destes dois países em relação à Beijing. Contudo, Washington parece ignorar que tanto Nova Delhi como Hanói se definem estrategicamente pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e pelo ideário de Bandung, tal como a China. Assim, apesar de divergências concretas, estes três importantes países asiáticos possuem muitas perspectivas e interesses comuns de longo prazo. A evolução de seu interrelacionamento recente parece apontar nesta direção.

As pressões que os Estados Unidos também exerceram sobre o regime do General Suharto (que em 1965 derrubou Sukarno e executou 700 mil comunistas), devido à violação dos direitos humanos e ausência de democracia, além de apoiar a oposição e de ressuscitar a questão do Timor Oriental, preocuparam os demais governos asiáticos e criaram um clima de desconfiança em relação ao Ocidente, o que foi reforçado pela crise asiática. A crise asiática viria a derrubar o regime de Suharto, mas a questão do Timor não pôde mais ser freada, com uma independência patrocinada pela ONU. Assim, este pequeno país se tornou uma espécie de protetorado da Austrália, que recebeu concessões petrolíferas timorenses.

Outro fenômeno que ainda não recebeu a devida atenção é o recente estabelecimento de vínculos externos do polo asiático com outras regiões. As relações com os EUA são tão intensas quanto estruturalmente contraditórias, como foi visto. Trata-se, então, de analisar justamente as novas relações que a Ásia tem buscado como polo que almeja uma maior autonomia. Desde as Conversações Marco Polo, que a União Europeia iniciou em Bangkok em março de 1996 com a ASEAN e outros países asiáticos, tem crescido a cooperação diplomática e econômica entre estes dois polos. A iniciativa deu origem ao ASEM (*Asia-Europe Meeting*), que se desenvolve regularmente desde então. Além da crescente cooperação chinesa e indiana com a África, que será analisada ao final deste livro.

O retorno da geopolítica: a emergência do heartland eurasiático

Para muitos analistas está ocorrendo a emergência da Eurásia como região geopolítica e geoeconômica. Dentre os três grandes centros de desenvolvimento do hemisfério Norte, sempre houve vínculos estreitos através dos Oceanos Pacífico e Atlântico, associando a economia da América do Norte com a da Ásia Oriental e da Europa Ocidental, respectivamente. Mas desde a derrocada do sistema colonial, Ásia e Europa têm caminhado separadas, o que agora começa a mudar. A possibilidade de que um espaço eurasiático venha realmente a se consolidar, poderia alterar o equilíbrio internacional.

A Rússia, por sua vez, ainda que tenha se tornado um parceiro qualitativamente inferior à antiga URSS, tem mantido com países-chave da Ásia uma crescente cooperação em campos particularmente sensíveis, como foi visto anteriormente. Além disso, este país constitui precisamente o elo terrestre que serviria de base para a constituição de um grande espaço econômico eurasiático. A Rússia, desde que Evgueni Primakov tornou-se primeiro ministro, mas especialmente desde que Vladimir Putin se tornou presidente, passou a se reorganizar, a crescer economicamente, a recuperar parcialmente sua capacidade militar e a desenvolver um significativo protagonismo diplomático. Além da *Parceria Estratégica* estabelecida com a China, ambos os países criaram com Estados da Ásia Central o grupo *Os Cinco de Xangai*, depois rebatizado Grupo de Cooperação de Xangai, quando do ingresso de mais um membro. Trata-se de um acordo de caráter econômico e de segurança, que engloba a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Usbequistão, o Tadjiquistão e o Kirguistão. Vários Estados adquiriram o *status* de associados ou observadores (ver o último capítulo deste livro). A Ásia central possui recursos em gás e petróleo que são indispensáveis ao desenvolvimento chinês. A Rússia, por sua vez, se tornou uma potência energética (petróleo, gás, carvão e urânio) e tecnológica em áreas militares (indústria aero-espacial, nuclear, mísseis, etc.).

Por fim, importantes países asiáticos individualmente e organizações regionais como APEC, PECC, ASEAN, entre outras, têm buscado um maior acercamento com países-chave do Terceiro Mundo, particularmente com as chamadas Nações Emergentes, como o conjunto da África Austral nucleado pela África do Sul pós-*Apartheid* e com o Mercosul, particularmente com o Brasil. Assim, o Oceano Índico estaria se constituindo numa espécie de rota de ligação com o Sul. A cooperação mais estreita com estas regiões, apesar de atualmente possuir um impacto ainda limitado no plano puramente econômico, possui um potencial promissor de médio e longo prazo, além de constituir um elemento estratégico na competição entre os polos desenvolvidos do hemisfério Norte. Não se pode deixar de considerar que, pelo fato de o

polo asiático constituir, em linhas gerais, uma área *em desenvolvimento*, existe um amplo espaço para o estabelecimento, entre este e os Países Emergentes antes referidos, de uma *parceria estratégica* capaz de influenciar o futuro perfil da ordem internacional emergente. A reunião de Cúpula Sino-Africana de 2006, que reuniu 46 chefes de Estado em Beijing e lançou uma espécie de Plano Marshall para a África, é um exemplo do protagonismo global chinês.

3.3 Da crise de 1997 à ascensão da Ásia como polo de poder

A crise financeira de 1997 e seu impacto no desenvolvimento asiático

O contínuo desenvolvimento econômico asiático, contudo, sofreu em 1997 o forte impacto da crise financeira, que atingiu vários países e repercutiu na região como um todo. A chamada crise asiática teve antecedentes no Japão, que desde o final dos anos 1980 conhecia dificuldades econômicas e buscava cooperar com o continente para compensar seus crescentes problemas com os EUA. Em 1991 estourou a “bolha imobiliária”, que produziu igualmente a explosão da “bolha financeira”, devido à supervalorização de imóveis e terrenos que serviam de garantia aos empréstimos bancários. Para evitar a inflação, o governo bloqueou a oferta de dinheiro, condenando o país à estagnação. Ao mesmo tempo, vários bancos faliam, sem que o Estado pudesse socorrer a todos. A extensão dos empréstimos japoneses à Ásia Oriental e a sudeste, por sua vez, de certa forma regionalizou a crise japonesa. A crise se agravou porque o modelo somente funcionava tendo como base um acentuado crescimento econômico (Vizentini e Rodrigues, 2000).

Tratava-se, no fundo, de um efeito da internacionalização da economia japonesa. Segundo Castells,

o MITI (o super-Ministério japonês da Indústria e Comércio Internacional) não exercia mais influência direta sobre as empresas japonesas, e elas, por sua vez, ao tomarem decisões estratégicas não priorizavam a estrutura dos interesses econômicos de seu país. O rompimento da interação sistêmica entre o Estado desenvolvimentista e as redes multinacionais japonesas introduz uma nova dinâmica no Japão e no mundo em geral (1999:281).

No momento que a China começava seu processo de reunificação (iniciado com a devolução de Hong Kong em 1997) e os Tigres tentavam consolidar

seu desenvolvimento em moldes autônomos, prosseguia a crise japonesa e, em seguida, ocorreu o terremoto financeiro nos países mais dependentes dos Estados Unidos (Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul). Apesar de a crise haver reduzido inicialmente a produção, afetou especialmente o âmbito financeiro, com a desvalorização das moedas locais, o que permitiu ao capital estrangeiro adquirir empresas nacionais por valores extremamente baixos. Além disso, intensificaram-se as pressões pela fragmentação da China (revivendo a questão do Tibete e de Taiwan) e contra a Indonésia, especialmente sua moeda, que acabaram derrubando o regime autoritário de Suharto. Neste último caso, o alvo visado era especialmente sua indústria automobilística e aeronáutica.

Desde o início da década, o Japão vive uma estagnação econômica, como foi visto. Os organismos internacionais recomendam reformas estruturais, que os sucessivos gabinetes não implementavam e que, então, caíam. Contudo, não se trata de incapacidade, mas de uma sutil resistência frente às pressões externas para abrir sua economia. Em resumo, é um discreto jogo de braço com os aliados americanos.

Os países mais afetados pela crise foram, contudo, aqueles que estão de forma mais ampla submetidos aos EUA, seja por razões militares e estratégicas (Coreia do Sul), sejam os de economia liberal, mais débeis e não dotados de projetos de desenvolvimento, como Tailândia e Filipinas. Dois países que tentaram resistir às investidas, primeiramente, políticas, depois, econômico-financeiras, das potências ocidentais capitaneadas por Washington foram a Indonésia e a Malásia. O primeiro não resistiu (vivendo um retrocesso social e caos político terríveis), mas o segundo regulamentou a saída de capitais e se manteve. Outros dois países que o Ocidente não logrou subjugar politicamente para a agenda global foram o Camboja e o Mianmar.

O pivô é, evidentemente, a República Popular da China. O país não apenas continua afirmando sua inserção mundial soberana (com seu próprio projeto nacional), o caráter inegociável de suas instituições político-sociais internas, como mantendo sua moeda, o iuane, frente ao dólar. Trata-se de um instrumento indispensável para a criação de uma moeda conversível. Mais importante, entretanto, é que a economia do país conseguiu crescer 8% em 1998 e em 1999, em plena crise asiática. Neste contexto, percebe-se que a estratégia da China é ganhar tempo, fortalecendo sua economia, tecnologia e forças armadas. Mais umas duas ou três décadas seriam necessárias para o país consolidar-se internacionalmente de forma irreversível, afirmando paralelamente a criação de um mundo multipolar.

Muitas explicações técnicas, restritas exclusivamente ao âmbito financeiro, têm sido dadas à crise asiática. Mas são geralmente insuficientes. Um relatório do Banco Mundial de março de 1997 destacava a solidez e o dinamismo das

economias asiáticas. O de outubro, da mesma organização, sinalizava suas “debilidades e distorções estruturais”. Economistas como Krugman e o funcionário do FMI, Fischer, destacam a debilidade destas economias, enquanto outros, como Sachs e Stiglitz, enfatizam sua solidez. É evidente que o padrão financeiro semelhante ao japonês tem sua parcela de responsabilidade pela crise.

Mas o paradigma japonês está presente igualmente de outra maneira: o capitalismo globalizado havia penetrado profundamente nas economias locais, as quais, ao se internacionalizarem, perdiam capacidade de agir autonomamente, com o Estado desenvolvimentista se enfraquecendo. Conforme Castells, “o sistema institucional que era fonte do milagre asiático, o Estado desenvolvimentista, tornou-se o obstáculo para o novo estágio de integração global e de desenvolvimento capitalista na economia asiática” (1999:257). Ainda segundo esse autor, a crise seria superada e a região voltaria a crescer (como está ocorrendo), mas sob a forma “capitalista”.

Ora, embora não seja sua intenção, a tese do autor acaba reforçando a percepção de que a crise representou uma estratégia de contenção do desenvolvimento asiático, ao menos em sua atual forma nacionalmente centrada. Subtraindo as explicações puramente técnicas, é interessante observar que a questão central é o contingenciamento do desenvolvimento asiático, de forma a impedir a afirmação de um polo competidor, a Ásia, e de uma virtual nova potência global, a China. O fenômeno da fuga de capitais pode ser induzido de distintas maneiras, e não ocorre sem que haja uma linha estratégica definida. Os próprios asiáticos têm demonstrado a percepção de que o alvo da crise é o seu desenvolvimento industrial e tecnológico autônomo.

Além dos artigos jornalísticos do Professor Krugman, capazes de contribuir para a eclosão de crises, empresas privadas de avaliação de risco, como a Moody's ou a Standard & Poor, deram o grito alarme que contribuiu para uma maciça fuga de capitais, fazendo desabar as bolsas de valores locais e gerando um contexto propício para a intervenção do FMI. Os programas propostos por este organismo, que acompanhavam os empréstimos emergenciais, configuram exatamente a estratégia referida por Castells para “reorientar” as economias asiáticas à globalização de forma subordinada. Contudo, as diferenças de sistemas político-econômicos permitem que alguns países resistam ao assalto, enquanto outros sucumbem.

A dimensão político-diplomática da crise

A crise ocorreu num contexto em que o desenvolvimento da Ásia-Pacífico tem se voltado para o interior do continente e a seu centro, o que é particularmente visível não apenas pela aceleração das relações econômicas

entre os próprios países asiáticos (e menos com as demais regiões do planeta), como pela redução das prerrogativas das Zonas Econômicas Especiais litorâneas da China (que, segundo o governo, já não necessitariam mais de incentivos especiais) e também pela abertura de novas ZEEs no interior do país. Este fenômeno resulta, entre outras coisas, numa progressiva redução da capacidade de controle da região pelos Estados Unidos, pois o sistema internacional anglo-saxão esteve historicamente assentado numa hegemonia exercida a partir dos mares.

Tal fenômeno estrutural se torna ainda mais intenso pela constituição, na área, de uma espécie de simbiose entre formações estatais neocomunistas (socialismo de mercado), ex-comunistas ("capitalismo orientado pelo Estado") e anticomunistas, pela qual, apesar das complexidades regionais e especificidades nacionais, existe implicitamente um projeto estratégico que poderia vir a se afirmar internacionalmente ao longo do século XXI. Este projeto, como foi visto, é portador de respostas próprias para os desafios do desenvolvimento material, da governabilidade, da estabilidade social e de novas formas de regulação para a Terceira Revolução Industrial ou Científico-Tecnológica.

Isto não significa ignorar o potencial de instabilidade inerente ao chamado modelo asiático, nem desconsiderar que alguns de seus aspectos seriam inviáveis no longo prazo, como a universalização da sociedade de consumo de massa dentro de padrões Ocidentais. A inserção do conjunto da população em uma economia moderna, entretanto, ajudaria a resolver o problema de demanda que se agudiza com o incremento da produtividade pela RCT, e que não pode ser solucionado no longo prazo pelos mecanismos de regulação neoliberais, devido ao considerável índice de exclusão social que produz.

É preciso também refletir sobre a região sem "olhos norte-americanos", que caracterizam a maioria das obras que circulam entre nós, mas a partir das percepções que a região possui de si mesma e de suas relações com o resto do mundo. Assim, enquanto o ex-assessor e diretor da CIA no governo Clinton, Anthony Lake, pregava a necessidade de os EUA passarem do *Containment* da época da Guerra Fria ao *Enlargement*, os asiáticos estruturaram conceitos como o de *Comprehensive Security*, defendendo o respeito aos projetos nacionais e a necessidade de estabilidade como forma de garantir o bem-estar de toda a sociedade.

Já a atual corrida armamentista (particularmente naval) na Ásia Oriental tem sido percebida de formas diferentes. Enquanto para o Ocidente esta corrida evidencia a ascensão da rivalidade e da desconfiança entre os Estados asiáticos, para muitos destes representa implicitamente a capacitação e modernização militar, como forma de dissuadir coletivamente possíveis

ingerências extra-regionais contra sua *soberania* (conceito em desuso no Ocidente, mas profundamente arraigado na Ásia).

Pode-se observar que a República Popular da China constitui o pivô de todas estas tendências. Desde a repressão da Praça da Paz Celestial, o Novo Segundo Mundo tem se consolidado de forma relativamente autônoma, e Beijing tem ampliado sua projeção sobre a antiga área de influência sínica. Neste processo, vem sendo importante a retomada dos princípios confucianos como instrumento de gestão política e social, tanto na China como nos países integrantes de seu universo cultural.

Fenômenos como o rearmamento do Japão ou a concretização da Zona de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (que incluiria os EUA) dependem do tratamento dado à projeção internacional da China. O problema é que Washington hoje considera o desenvolvimento econômico de países de dimensões continentais como uma ameaça ao exercício de sua liderança. Isto se torna ainda mais grave em relação à China, país que exibe uma postura diplomático-militar autônoma, afirmando com novos meios sua postura como Estado vestfaliano.

A Ásia diante da Guerra ao Terrorismo

A Guerra ao Terrorismo, que os Estados Unidos desencadearam após os atentados de 11 de setembro de 2001, iniciou uma ampla intervenção na Ásia central e ocidental. A implantação americana no Afeganistão e no Iraque, bem como a presença militar parcial no Cáucaso e países das ex-repúblicas soviéticas da Ásia central, além da exploração da crise coreana e da luta contra o terrorismo na faixa que vai do sul das Filipinas até o Paquistão, evidencia o perfil da política externa do governo Bush para a Ásia. Parece clara a intenção de introduzir uma cunha no centro geopolítico da Eurásia, dificultando a integração física da Rússia com a China. Esta denuncia discretamente o cerco estratégico que Washington deseja estabelecer, além da ameaça que paira quanto ao acesso ao petróleo da Ásia central por parte da China.

Através de "guerras teatrais" contra os debilitados países do chamado Eixo do Mal, conforme Emmanuel Todd, o que a administração Republicana de George W. Bush provavelmente busca é conter a formação de uma constelação de polos de poder na Eurásia, capazes de contribuir para a formação de um sistema internacional multipolar. O desenvolvimento e a autonomia da Eurásia deixariam a América "marginalizada", uma vez que perderia sua posição de liderança junto à economia e ao sistema de segurança mundial. Daí manter-se uma situação de instabilidade permanente na região. Como os polos de poder asiático estão reagindo? Com muita

cautela. A Coreia do Sul tenta evitar uma escalada, mantendo negociações com o norte e, juntamente com o Japão e a China, tentando impedir uma ação americana diante das provocações nucleares norte-coreanas.

A China, por sua vez, teve uma atuação discreta quanto à guerra contra o Iraque, evitando polemizar demasiadamente com os EUA. O intercâmbio econômico com Washington é vantajoso e Beijing necessita manter seu crescimento econômico ao menos por mais uma década. Ao mesmo tempo o Dragão chinês busca cada vez mais associar os vizinhos ao seu processo de desenvolvimento econômico, o que vem fazendo com sucesso, enquanto participa nas iniciativas regionais de cooperação, sejam econômicas, políticas ou de segurança, como no caso da ASEAN. Assim, a China vai se tornando o centro de gravidade da Ásia e, discretamente, participando de forma prudente mas segura na grande diplomacia mundial, além de estreitar a cooperação com a África e os BRICS. Ela tende a conformar um polo de poder com alguns países vizinhos, num sistema internacional multipolar, regido por uma ONU redimensionada pelo novo equilíbrio de forças que se viria formar.

O Japão com os Tigres asiáticos, a Índia com a SAARC (*South Asia Area of Regional Cooperation*), além da Rússia⁴ com a CEI (Comunidade de Estados Independentes), seriam os outros polos asiáticos. Dependendo da profundidade que a integração da ASEAN venha a alcançar, ela poderia desempenhar certo papel neste sentido. Fora da região, a União Europeia, os EUA com o NAFTA, a África do Sul com a SADC (*Southern Africa Development Coordination*) e o Brasil com o Mercosul (e a União de Nações da América do Sul)⁵ constituiriam os demais polos. Apenas a situação do Oriente Médio continua fluida e incerta. Como se pode perceber, a Ásia concentraria a metade dos polos de poder de um sistema multipolar, evidenciando que a ascensão da região não seria apenas econômica, mas igualmente político-estratégica.

Em 2002, depois de 15 anos de negociações, a China ingressou como membro da OMC como país em desenvolvimento, ao lado de Taiwan, que obteve *status* especial como região não independente. Com seu ingresso, a China facilita ainda mais a inserção do seu dinâmico comércio no mercado mundial. Complicadas negociações bilaterais darão lugar ao uso das regras multilaterais, fazendo com que certas ameaças de retaliação unilaterais

⁴ O declínio e o recuo da parte europeia da Rússia fizeram o país realizar uma inflexão asiática, como se depreende de sua política exterior, de segurança e desenvolvimento.

⁵ O conceito de oscilação entre uma neo-hegemonia unipolar norte-americana e a formação de um sistema multipolar sob a égide da ONU tem sido desenvolvida no Brasil por Hélio Jaguaribe. O tema também é abordado no livro da Editora da UFRGS organizado por Paulo Vizentini e Marianne Wiesebron, *Neohegemonia americana ou multipolaridade?* (2006).

sejam discutidas no fórum competente, dentro de critérios técnicos (ainda que isto não elimine a dimensão política).

Por outro lado, o país sofre um desafio tremendo, tendo que reestruturar e reforçar seu setor financeiro, agora mais exposto à globalização. Igualmente tem que aceitar certa fiscalização quanto a questões como patentes e outras normas não tarifárias. Por fim, sua adesão implica ampliar a abertura de seu mercado interno, o que ameaça os setores menos competitivos. Trata-se de um processo complexo que dependerá da capacidade do país de enfrentar os novos desafios, tirar proveito das virtuais oportunidades e, *last but not least*, promover as devidas alianças dentro da organização na discussão de determinados temas. Neste aspecto, a entrada da China na OMC pode ser (e já está sendo) muito vantajosa para o Brasil e outros países em desenvolvimento. Trata-se de um aliado de peso para certas teses defendidas até agora sem sucesso pelo frustrado Terceiro Mundo. A correlação de forças pode vir a ser alterada com o ingresso da China e, possivelmente, com o futuro ingresso da Rússia.

A APEC faz parte da estratégia norte-americana para a região, que implica o estabelecimento de uma nova balança de poder entre seus atores significativos: Japão, a China, a Rússia, a ASEAN e os EUA, que liderariam tal esquema. Simultaneamente, tal iniciativa busca eliminar os obstáculos às exportações americanas, intensificando igualmente a interdependência econômica. Conscientes da emergência deste cenário, os líderes chineses estão buscando melhores relações com o Japão e a Rússia, ao mesmo tempo em que modernizam sua capacidade militar, visando conter a hegemonia norte-americana sem, contudo, abandonar seus benefícios econômicos.

A resposta sul-coreana à crise de 1997

Por seu lado, a Coreia do Sul era pressionada pelos norte-americanos a uma maior abertura da economia, tendo sido surpreendida em 1997 pela crise asiática. O país teve de recorrer ao FMI, o que foi considerado uma humilhação nacional. A crise teve de ser administrada pelo novo governo democrático de Kim Dae Jung, em meio aos efeitos da globalização, que atingiam os bancos, as indústrias e a força de trabalho coreana. Foram momentos difíceis, mas, ainda que tivesse de se submeter às políticas do Fundo, que incluíam a venda de empresas endividadas, o grupo dirigente e a sociedade coreana lograram o grau de unidade necessário para manter o projeto nacional que, em vinte anos, transformou um país agrícola e atrasado, numa das grandes e modernas economias industriais do mundo.

O ponto mais interessante foi o pagamento da última parcela da dívida, num total de 20 bilhões de dólares, em setembro de 2001. Foi promovido um

concerto musical, transmitido pela televisão e com a presença do presidente, em comemoração ao fato. Não apenas o orgulho coreano foi restaurado, mas a retomada das rédeas na condução da economia foi considerada uma questão estratégica. Contudo, esta recuperação ainda não é completa, e está ameaçada pela estagnação econômica do Japão e dos EUA.

Ao mesmo tempo, enfrentando imensas adversidades internacionais, o governo de Seul lançou a *Sunshine Policy*, voltada à aproximação, distensão e cooperação com a Coreia do Norte, retomando conversações interrompidas há vários anos. Imensos progressos foram obtidos, até que a administração Bush reavivou as tensões na península, literalmente o último muro da Guerra Fria, bloqueando durante alguns meses os entendimentos já obtidos. Mesmo assim, Seul soube apoiar a luta contra o terrorismo após 11 de setembro, evitando, contudo, participar de iniciativas militares.

A Índia e a Ásia meridional face à reconfiguração das alianças

Outra região com dinâmica de crescimento e inserção mundial próprias é o subcontinente indiano. A Índia caracterizava-se por uma industrialização autocentrada e era aliada de Moscou no plano estratégico (uma aliança antichinesa), apesar de sua diplomacia neutralista. Uma situação que se esgotou no pós-1989. Com isso, buscou-se a normalização das relações com a China, a integração ao ciclo de desenvolvimento asiático e a resolução dos dilemas com o Paquistão. Em 1985 foi estabelecida a SAARC⁶ (Área de Cooperação Regional da Ásia Meridional), que, nos anos 1990, foi dinamizada pelo acelerado desenvolvimento e abertura da economia indiana, a qual se tornou um dos polos de informática mais importantes do mundo.

Além disso, a Índia é uma potência nuclear (não signatária do TNP) aspirante a membro do Conselho de Segurança da ONU, produz mísseis e defende a noção de independência e interesse nacional. Além disso, a economia indiana possui bases sólidas e modernas, apesar de a modernidade conviver com arcaicos sistemas de castas e uma pobreza impressionante. Mas, a bem da verdade, é preciso observar que, na última década do século XX, 100 milhões de indianos saíram da faixa de pobreza, segundo relatório da ONU de 2004 (na China, 350 milhões também deixaram de ser pobres). A tradicional rivalidade entre a Índia e o Paquistão está relacionada à traumática independência ocorrida em 1947, especialmente em relação à dividida

⁶ É integrada por Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão e Maldivas, com uma população equivalente à da China (um bilhão e trezentos milhões de habitantes). O Afeganistão ingressou em 2010.

região da Caxemira. A tensão entre estes dois Estados, detentores de armas nucleares, com constantes afrontamentos armados de fronteira na região, tem causado grande apreensão, embora tenha havido negociações tendentes à normalização depois do início da guerra do Afeganistão em 2001.

O realinhamento das alianças regionais com as grandes potências como condição para o desencadeamento do ataque americano e de seus aliados contra o regime Talibã do Afeganistão está na raiz dos problemas recentes. Durante a Guerra Fria, o Paquistão foi um íntimo aliado dos EUA, e também da China, contra a Índia, que era aliada da URSS. No pós-1989, como a China passou a ser a potência ascendente, a URSS agonizava e a Índia se encontrava enfraquecida, os EUA desenvolveram uma relação triangular balanceada, cooperando equilibradamente com Índia e Paquistão. O Paquistão já não era um aliado tão importante após a retirada soviética do Afeganistão e, ao longo dos anos 1990, Washington passou a privilegiar a Índia. O Paquistão, progressivamente, foi percebido como conivente com os Talibãs e, até mesmo, com as atividades terroristas.

A Casa Branca buscava apoiar-se na Índia como forma de construir alianças antichinesas, explorando suas rivalidades. Esta tendência, esboçada já no governo Clinton, foi intensificada no início do governo Bush. Contudo, os atentados de 11 de setembro de 2001 e a consequente guerra ao terrorismo mudaram completamente o cenário. Para um ataque ao Afeganistão e a neutralização do terrorismo, o Paquistão constituía um elemento estratégico. O regime golpista do general Musharraf, que se encontrava isolado, foi, então, aceito pelo Ocidente, desde que abandonou os Talibãs e apoiou os EUA. A nova relação EUA-Paquistão deixou a Índia numa situação difícil, especialmente porque o Paquistão se aproveitou da mudança para pressioná-la na Caxemira. Isto é importante como fator de legitimação para o governo paquistanês, que teria traído seus aliados islâmicos, os quais apoiavam o Afeganistão. Assim, enquanto os reprimia na fronteira afegã e em seu próprio território, dava-lhes carta branca na Caxemira contra a Índia. Isto gerou uma unidade nacional em torno do governo, que conhecia fortes problemas políticos internos por reprimir os movimentos islâmicos.

Todavia, esta maior aproximação dos EUA com o Paquistão e a China não impediu uma mudança na política norte-americana com relação à Índia, devido ao crescente poderio chinês e às ações terroristas em solo indiano, passando este país a funcionar como um contraponto a estas duas outras nações. Além disso, a própria Índia, também pressionada por esta conjuntura externa, aumentou a prioridade de suas relações bilaterais com os EUA. Assim, em Março de 2006 ambos os países concluíram um Acordo Nuclear, que culminou com o reconhecimento de fato do *status* nuclear da Índia por Washington. Assinalaram ainda a formação de uma aliança

EUA-Japão-Austrália-Índia. Os indianos tiram proveito de tal situação, sem perder de vista seus vínculos permanentes com os vizinhos asiáticos. Perguntado por um jornalista estadunidense se adiantava resistir à unipolaridade americana, “se até a Índia já estava no bolso dos EUA”, Fidel Castro respondeu: “a Índia é grande demais para caber no bolso de quem quer que seja” (Entrevista à rede de televisão ABC em 12 de outubro de 1994).

A Índia não abandonou um aspecto fundamental de sua política externa extra-regional, referente às alianças Sul-Sul e ao multilateralismo, mas até mesmo o reforçou. Ao lado do Brasil e da África do Sul, a Índia criou o G-3, o Fórum de Diálogo IBAS, logrando uma produtiva articulação político-diplomática entre países do Terceiro Mundo. Com o Brasil, ainda, a Índia compõe o G-4, exemplo de arranjo multilateral que ultrapassa as linhas Norte-Sul, do qual também participam Alemanha e Japão, cujo objetivo é a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta geometria variável de alianças entre as potências regionais e mundiais está criando outra onda de instabilidade na Ásia Central e Meridional, mostrando que é difícil, senão impossível, acomodar tantos interesses divergentes.

Em 2008 eclodiu a crise financeira nos Estados Unidos, a qual atingiu a Europa. Quando o presidente Obama assumiu a presidência americana, em 2009, se deparava com uma tripla crise: a econômica (interna e externa), a necessidade de se retirar das guerras não vencidas do Iraque e Afeganistão e o novo *status* econômico e político atingido pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, desde dezembro de 2010, África do Sul), grupo que criou agenda própria (ver o último capítulo deste livro). A extensão da guerra do Afeganistão ao Paquistão e a pressão americana sobre este país, que culminou no obscuro assassinato de Bin Laden em 2011 em seu território, produziu forte desestabilização desta nação e o estremecimento das relações bilaterais americano-paquistanesas.

Neste quadro, a China ganhou ainda mais projeção, aproximando-se do Paquistão e sendo cortejada pelos EUA para auxiliar o dólar e a recuperação da combalida economia dos países da OCDE. Os BRICS e a Ásia seguem com boas taxas de crescimento econômico, enquanto o estagnado Japão sofre ainda os imensos efeitos de mega-terremoto que gerou um tsunami que arrasou o norte e produziu uma crise nuclear sem precedentes. Mas a crise econômica, longe de amainar, tem ameaçado o conjunto da economia mundial e a estabilidade diplomática até então vigente. Começa a haver uma campanha orquestrada de opinião pública contra as exportações chinesas, apontadas como vilãs da crise, em lugar da desenfreada especulação financeira que marcou as últimas três décadas. Novas tendências militaristas também emergem no plano global, com a desestabilização dos países árabes e a intervenção da OTAN na Líbia.

PARTE II

A diplomacia contemporânea dos Estados asiáticos